

O capital no século XXI*

Róber Iturriet Avila**

Bacharel, mestre e doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e pesquisador da Fundação de Economia e Estatística (FEE) Graduando da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, estagiário da FEE

Antônio Tedesco Giulian***

O livro de Thomas Piketty **O capital no século XXI** obteve uma repercussão incomum dentre os textos advindos da academia. O sucesso não foi fortuito. Após 15 anos de pesquisa, o autor aborda, de maneira acessível, um tema que foi o centro do estudo da economia política nos séculos XVIII e XIX, mas que perdeu espaço na ciência econômica: a questão distributiva. Além de instigante, sua abordagem temporal se inicia no ano de 1700, contemplando desde o nascedouro do capitalismo até o atual estágio do capitalismo financeiro. O livro tem três dimensões principais: uma demonstração empírica sobre a distribuição, uma construção teórica sobre os fatores que levam à convergência ou à divergência distributiva e aspectos de políticas redistributivistas.

Embora abranja o mundo, seu trabalho está centrado nos oito países¹ mais desenvolvidos, com destaque para a França e para os Estados Unidos (EUA). A principal fonte de dados é a declaração de renda do capital e do trabalho aos órgãos fiscais dos respectivos países. O detalhamento de dados de herança é explorado a partir dos dados da França.

* Artigo recebido em jul. 2014 e aceito para publicação em nov. 2014.

Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.

Open Acces (Acesso Aberto)

** *E-mail:* roberiturriet@yahoo.com.br

*** *E-mail:* antoni@fee.tche.br

¹ Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Canadá e Austrália.

Além da introdução, o livro divide-se em quatro partes. Três são as contribuições mais relevantes que o estudo efetua: (a) a compilação de dados e a explicitação da concentração de renda e da riqueza no mundo, a partir de 1980, com as políticas liberalizantes, com destaque para o crescimento exponencial da participação do 1% mais rico e do 0,1% mais rico, em especial nos Estados Unidos; (b) o debate sobre a relação entre mérito e riqueza, trazendo dados que mostram que a herança e a remuneração sobre o capital são mais determinantes na riqueza do que o acúmulo de conhecimentos e habilidades. Além disso, o autor articula essa questão com a política, enfatizando o papel central dela na organização social e econômica; (c) proposições para o ajustamento distributivo, a fim de que o capitalismo seja controlado para o interesse geral, por meio da democracia.

A primeira parte do livro traz alguns conceitos, equações teóricas e uma visão global do crescimento econômico e demográfico desde 1700. Uma relação importante que o autor desenvolve é estoque de capital/renda (β). Ela mensura quantas vezes o estoque de capital é superior à apropriação da renda (que é contabilmente equivalente à produção). Essa relação traz a **Primeira lei do capitalismo**, segundo Piketty:

$$\alpha = r \times \beta$$

Onde α é a participação do capital na renda nacional, r é o retorno do capital, e β é a relação estoque de capital/renda. Nos países ricos, β paira em torno de 600%, ou seja, o estoque de capital é 600 vezes maior que a renda. α gira em torno de 30%, e r está entre 3% e 5%.

No capítulo 5, na Parte II, o autor expõe outro elemento relevante de sua construção teórica, que é a **Segunda lei fundamental do capitalismo**, dada pela equação:

$$\beta = s/g$$

Essa equação é válida para o longo prazo, em que a razão estoque de capital/renda (β) é uma relação entre taxas de poupança (s) e de crescimento (g). Com relação aos países ricos, Piketty mostra um crescimento da riqueza privada entre 1970 e 2010, derivado, em grande medida, de bolhas de ativos e transferência de capital público para mãos privadas, uma vez que o crescimento da renda *per capita* ficou entre 1,6% e 2,0% no mesmo período.

Nessa parte do livro, há também uma comparação com a função de produção Cobb-Douglas. Os dados da economia estadunidense explorados entre 1899 e 1922 fizeram sucesso e trazem a ideia de harmonia e justiça social na estabilidade da relação capital-trabalho. Entretanto a estabilidade no rendimento do capital na renda não implica estabilidade na relação estoque de capital/renda e tampouco garante harmonia social. Para Piketty,

Cobb-Douglas foram negligentes ao considerarem a estabilidade da relação, assim como os marxistas erram em considerar a participação do capital sempre crescente. Nesse sentido, o modelo Cobb-Douglas não é adequado para um estudo de longo prazo.

Para Piketty, parece estar bem estabelecida a tendência de a razão estoque de capital/renda (β) aumentar. Foi isso que ocorreu nos países ricos, entre 1970 e 2010. Assim, o r cai à medida que β cresce. É provável que a participação do capital cresça nas décadas à frente, até os níveis do início do século XIX. O crescimento ocorrido do rendimento do trabalho deu-se porque ele se tornou mais importante no processo de produção.

Nos últimos séculos, o conhecimento e a destreza humana aumentaram, mas o estoque de capital também. Assim, não houve uma mudança de uma sociedade baseada no capital para outra baseada no talento e na habilidade. Nessa questão, o autor dialoga com a teoria do capital humano, que vê, na difusão do conhecimento e da tecnologia, poderosas forças de convergência capazes de ajustar as desigualdades e permitir remunerações adequadas à destreza. Mas os resultados de seu estudo apontam que o progresso econômico e tecnológico não implica avanços democrático e da racionalidade meritocrática.

A Parte III é a mais importante do livro, por trazer mais dados sobre a distribuição de renda e de riqueza e também por nela estar presente a principal argumentação teórica do autor. É contemplada ainda a discussão acerca do trabalho, do mérito pessoal e da herança como fonte de riqueza.

Piketty mostra que, no período atual, em países como França, Alemanha, Grã-Bretanha e Itália, os 10% mais ricos detêm aproximadamente 60% da riqueza nacional. E, invariavelmente, os 50% mais pobres possuem menos de 10% da riqueza nacional. Nos EUA, por exemplo, o decil mais alto detém 72% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres possuem 2%.

A renda do capital assume importância decisiva no 0,1% mais rico e, sobretudo, no 0,01% mais rico. Ou seja, entre os 10% mais ricos, os 9% mais abaixo são assalariados. E, entretanto, esses assalariados são os executivos das grandes empresas e do setor financeiro. Nas últimas décadas, houve um fenômeno de crescimento dos supersalários, que se configura, fundamentalmente, pela remuneração dos administradores das grandes empresas (CEOs).

O autor mostra que, desde 1983, há um crescimento da desigualdade. Um exemplo é a França após 1990, que obteve crescimento elevado dos salários mais altos (sobretudo de executivos e de empresas financeiras). Entre o 0,1% e o 0,01% mais rico, o crescimento do poder de compra foi de

quase 50% entre 2000 e 2010, em um contexto de baixo crescimento e estagnação do poder de compra para a maioria dos trabalhadores.

O fenômeno dos supersalários não é explicado satisfatoriamente pela teoria da tecnologia e da educação. Na França, a despeito da média salarial ter crescido, Piketty mostra que a distância entre os salários mais altos e os mais baixos se manteve relativamente estável por um prazo longo, independentemente da maciça democratização do ensino no período, isto é, a elevação do nível educacional não reduziu a desigualdade salarial. Nos EUA, a distância salarial diminuiu até a década de 70 e passou a crescer a partir da década de 80 do século passado.

Uma das figuras mais interessantes de todo o livro é a 9.2. Ela mostra a apropriação da renda pelo 1% mais rico em quatro países (Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e EUA). É bastante claro que a participação dos mais ricos na renda passou a cair nas décadas de 30 e 40 do século passado, chegando ao percentual mais baixo na década de 80, tendo aumentado desde então. Há que se destacar que, no período entre guerras, o capitalismo foi mais regulado e houve a implementação da progressividade tributária. Na década de 80, houve reversão de políticas regulatórias, e o mundo entrou na fase neoliberal, mesmo que Piketty não deixe isso notado.

A produtividade marginal, a tecnologia e a educação não parecem fornecer boas explicações para essa disparidade pós 1980. O que influenciou a redução salarial dos decis mais baixos foi o salário mínimo, que segue normas e valores coletivos de justiça social e não uma elevação do nível educacional.

No que tange aos bilionários, desde 1987 a média do patrimônio do 1/100 milhões mais ricos do mundo passou de US\$ 3 bilhões para US\$ 35 bilhões em 2013. Um crescimento de 6,8% ao ano. A média anual do crescimento econômico do período foi de 2,1%, e do da renda média, de 1,4%. O crescimento do patrimônio dos bilionários foi, portanto, muito superior à média de crescimento econômico.

A partir desses dados, a visão de que o salário corresponde à produtividade marginal se torna uma visão ideológica que justifica as elevadas rendas das camadas superiores frente às reduzidas rendas dos demais. Nesse sentido, segundo Piketty, a definição salarial é largamente arbitrária e relacionada à hierarquia empresarial, até porque estimar a contribuição de um funcionário é muito difícil. Embora a produtividade marginal, a habilidade e a tecnologia deem uma explicação plausível para diferentes remunerações no longo prazo, é preciso identificar as limitações explicativas.

No capítulo 10 do livro, o argumento central é desenvolvido. A principal influência sobre a distribuição da riqueza dá-se pela relação entre o retorno do capital (r) e a taxa de crescimento (g). Se o retorno do capital for superior

à taxa de crescimento, a chance de divergência, em termos distributivos, é elevada. O que leva a concentração de renda é, portanto:

$$r > g$$

O estoque de capital/renda (β) aumenta pelo retorno do capital em uma fase de crescimento relativamente baixo. Nessa situação, a riqueza passada tem uma importância desproporcional. Ou seja, a herança cresce mais rápido do que a produção e a renda. Nessas condições, a riqueza herdada tende a superar, em larga medida, a riqueza acumulada ao longo da vida de trabalho. E a concentração de capital agudiza-se, de forma incompatível com os valores de meritocracia e de justiça social. Some-se a isso que a taxa de poupança cresce bruscamente com a riqueza herdada. E a taxa de retorno do capital individual tende a ser maior quanto maior for a herança recebida. Caso haja elevação do preço dos bens imóveis e do petróleo, por exemplo, a divergência estrutural acentua-se.

A desigualdade $r > g$ é um fato observado em quase toda a história desde 1700, mas não uma lógica necessária. Provavelmente, continuará no século XXI, a depender da regulação entre capital e trabalho, como taxação sobre o capital ou elevação de salário mínimo. Entretanto é possível que $g > r$ mesmo sem a intervenção e regulação estatal, no caso da produtividade crescer rapidamente ou de constante inovação. Pode ocorrer também caso haja mais países tecnologicamente avançados. A lógica $r > g$ é uma realidade que depende de uma variedade de fatores, como desenvolvimento institucional, social, cultural, imposições de grupos específicos, psicologia individual, etc. Contudo, a despeito das forças de convergência para equalização da riqueza e da renda, como a massificação da educação, há forças de divergência que são mais poderosas.

A questão tributária explica, em grande medida, as mudanças ocorridas no século XX. Até a Primeira Guerra, praticamente não havia imposto sobre o capital e sobre a renda. O imposto sobre a riqueza era baixo, o que aumentou após o conflito. Contudo, na década de 80, com a liberalização financeira, os impostos sobre o capital caíram drasticamente. Houve uma amplificação de ordem política que aumentou também a influência política dos beneficiários.

Piketty dialoga também com Vilfredo Pareto e sua teoria de desigualdade estável. Pareto analisou o período 1880-90. Mesmo nesse período, houve um leve aumento da desigualdade, que Pareto tenta esconder, de acordo com Piketty. De qualquer forma, sua teoria não serve de base para efetuar uma análise de longo prazo, uma vez que ele se deteve em um período curto. Essa perspectiva de Pareto, de que a desigualdade é estável, permanece até hoje, mas não é isso que se observa no longo prazo.

Posto esse diagnóstico, outras tendências são traçadas para o século XXI pelo autor, tais como, redução da participação do capital na renda, redução da taxa de retorno do capital e de crescimento maior do que o observado até o século XIX. Ou seja, cairá a diferença entre r e g . Assim, não há tendência de que a desigualdade supere a do início do século XX, mesmo que ela continue crescendo.

A herança deve ganhar mais importância no futuro, o que não quer dizer que a distribuição no século XXI será tão concentrada quanto no século XIX. Neste último século, a herança era um elemento central da sociedade; no XXI, a renda terá mais influência sobre a riqueza do que outrora.

Embora a habilidade e o conhecimento individuais tenham ganhado em importância ao longo do tempo para explicar a riqueza, a herança também o tem. Piketty expõe que não há naturalidade ou espontaneidade na distribuição e na concentração de renda e que o sucesso social obtido através do talento, do esforço e do estudo é uma ilusão. Os mais ricos são os que receberam as maiores heranças, sobretudo após a Segunda Guerra, quando a herança passou a aumentar de importância, e muitos desses herdeiros não trabalhavam e viviam como rentistas.

A figura 11.10, no capítulo 11, mostra elementos interessantes. Com dados da França, há a comparação da renda obtida pelo 1% mais rico devido à sua herança com o 1% mais rico devido ao seu trabalho, ambos comparados ao padrão de vida dos 50% mais pobres. Daqueles entre os ricos que vivem do seu trabalho, o padrão de vida é 10 vezes maior do que os 50% mais pobres, de forma relativamente estável, entre 1790 e sua projeção até 2030. Já no que se refere aos mais ricos que vivem de sua herança, em 1790 seu padrão de vida era 27 vezes maior do que os 50% mais pobres. Durante vasto período, portanto, o 1% mais rico o era principalmente por herança do capital. No século XIX, os herdeiros de fortunas tinham um padrão de vida três vezes superior ao dos trabalhadores mais ricos.

A sociedade “meritocrática” não permite que figure no topo quem não é herdeiro de uma fortuna. No mundo contemporâneo, o conhecimento e a titulação permitem ao indivíduo um rendimento 10 vezes superior à média. E àqueles que estão na base da pirâmide social, a dominação de outros segmentos é justificada a partir de valores de justiça, da menor virtude, da ausência de mérito e da baixa produtividade. As crenças meritocráticas evocam a justiça para justificar as disparidades de renda. A meritocracia é utilizada para explicar os supersalários e o rentismo, em detrimento daqueles que não estão nessas camadas sociais. A crença de que a iniquidade advém de princípios racionais e não arbitrários é difundida. Entretanto o estudo da riqueza mostra que há mais arbitrariedade do que se pensa.

O fato de a riqueza reproduzir-se sozinha, através de bolha de ativos, por exemplo, torna imperativa a discussão da mesma em relação ao mérito. Não importa o quão justificável seja a origem da riqueza, ela pode se perpetuar além dos limites razoáveis e sem justificativa racional em termos de utilidade social. Em muitos casos, as arbitrariedades da acumulação de riqueza são mais amplas do que as de heranças.

A parte IV do livro sugere a taxação do capital. Entre 1920 e 1980, o gasto social cresceu consideravelmente, e todos os países ricos tinham altas taxas tributárias. Logo após, de 1980 a 2010, as taxas se estagnaram. A figura 13.1 da publicação mostra as variações das alíquotas com o passar dos anos.

Piketty concentra-se em dois problemas atuais para o estado social: o acesso igualitário à educação, em especial a educação superior, e o futuro dos sistemas de pensão em um mundo com baixo crescimento econômico e populacional. Para solucionar essas questões, ele faz uma proposta: imposto sobre o capital.

Segundo ele, as taxas sobre riqueza têm de ser baixas e anuais, e não aplicáveis no momento do recebimento da herança, pois, se os governos tomam, por exemplo, um quarto da riqueza do país, não haverá quase nada remanescente nos anos futuros. A sugestão do autor é: 0% para fortunas de até €\$ 1 milhão; 1% ao ano para fortunas de €\$ 1 a 5 milhões; e 2% para fortunas acima de €\$ 5 milhões. Na Europa de hoje, seriam atingidos por esses impostos apenas 2,5% da população, e se arrecadaria cerca de 2% do PIB europeu (hoje de €\$ 15 trilhões), o que resultaria em €\$ 300 bilhões em arrecadação anual.

O sucesso que o livro obteve chama atenção porque o autor contradiz a perspectiva majoritária entre os economistas, a qual concebe a desigualdade como consequência das diferentes aptidões e conhecimentos dos indivíduos. Ainda sob o prisma convencional, a educação formal e o mérito permitem a ascensão individual e a convergência distributiva. Na mesma linha, a lei de oferta e de demanda e a mobilidade de capital e de trabalho levariam a uma maior igualdade. Além disso, com mais conhecimento difundido, a participação do trabalho aumentaria a poupança, que seria transformada em capital: ou seja, na contemporaneidade, a informação é uma força de convergência de renda.

Contudo essa visão é ilusória para o autor. Seu estudo sinaliza que as forças de divergência são mais fortes do que as de convergência e que as últimas são mais fracas do que se imagina. Além disso, há pouca evidência de aumento da participação do rendimento do trabalho no produto. De outro lado, os salários mais elevados afastam-se dos demais em larga medida. O crescimento ocorre com maior produtividade e educação, mas o incremento

dessas variáveis não é de 4% ao ano no longo prazo, salvo em situações de *catching up*. Logo, r e g tendem à disparidade.

Em assim sendo, a tendência é os empresários se tornarem rentistas e mais dominantes sobre os trabalhadores, e o tamanho dessa divergência guarda proporcionalidade com o estoque inicial de capital. Some-se a isso o fato de que os herdeiros de capital têm um padrão de vida superior aos assalariados mais ricos em quase todo o período, desde o final do século XVIII. Assim, o funcionamento normal do capitalismo gera arbitrariedades e desigualdades que distorcem os valores de meritocracia e da democracia.

A história da distribuição de riqueza tem sido mais política do que econômica, na visão do autor. O período em que o mundo reduziu a iniquidade foi entre 1910 e 1950, com guerras, crises e adoção de políticas sociais. O crescimento da desigualdade após os anos 80 também possui razões políticas, sobretudo com relação aos impostos e às finanças, sob influência e poder dos atores beneficiados. O que é mais grave é a elevação da desigualdade e a projeção de que continue crescendo, inclusive com maior papel da herança na definição da riqueza individual.

Havendo intenção de equilibrar as forças divergentes e de buscar mais meritocracia e maior democracia, há que se elaborar um imposto global sobre o capital. Piketty apresenta sua proposição para uma sociedade mais justa em termos socioeconômicos, dentro dos marcos institucionais capitalistas. Embora faça projeções, ele explicita que isso depende da política e das decisões da sociedade.

Do ponto de vista aplicado, um estudo tão abrangente não é efetuado desde Kuznets. Os economistas ficaram restritos à teoria, com obsessão na matemática. O autor é crítico, inclusive, à formação do economista. Para ele, o enfoque em sociologia, política, história deve ser maior, no intuito de edificar um *approach* preocupado com os salários e com a riqueza. As variáveis econômicas não são autônomas, estando envolvidas com outras esferas da sociedade e, por isso, devem ser estudadas juntas.

Seus dados são preciosos, mas, no livro, não há o devido rigor científico e metodológico em suas demonstrações². O autor disponibiliza-os em

² Muitas considerações foram desferidas a Piketty. Algumas construtivas, outras apontando falhas e também aquelas que tentam desconstruir o seu trabalho. Dentre estas últimas, há a de Hunter Lewis, publicada pelo Ludwig von Mises Institute. Lewis (2014) considera que o argumento de Piketty é fraco, que alguns gráficos trazem “números loucos” e que Piketty teria dito que a desigualdade $r > g$ seria inevitável. Lewis, em certa medida, defende o crescimento da desigualdade, porque isso ocorreu após uma queda muito grande daquela. Ele traz dois gráficos de Piketty que mostram a queda da apropriação dos mais ricos após 1920 e também da desigualdade. Esses gráficos invalidariam a tese do autor, já que tanto a desigualdade quanto a apropriação dos mais ricos caíram, indo de encontro à tendência que o autor expõe. Ao longo do livro, porém, Piketty explica que a queda ocorrida foi devido à tributação implementada no meio do século XX e aos ganhos de direitos sociais. Ou seja,

páginas eletrônicas, mas essa característica afasta o trabalho do método acadêmico e científico. No mesmo sentido, a linguagem, alguns exemplos e os dados do livro não têm o rigor adequado, transpassando que, em certa medida, o autor “extrapola nas tintas”. Há que considerar, entretanto, que o seu livro intenta popularizar suas concepções explanadas em artigos científicos. Mesmo com dados amplos, sua teoria ainda precisa de validação. O uso de dados fiscais é interessante, por ser mais dificultada a omissão do que nas contas nacionais. Ainda assim, há que pontuar tais disparidades.

O autor usa conceitos próprios, e o mais controverso é o de *capital*. Ele trata *capital* como sinônimo de riqueza, o que não se observa na literatura econômica. A constituição de um conceito não é um problema em si, mas confunde o leitor, ao, por exemplo, tratar da herança. Há distinção em herdar empresas, imóveis e capital financeiro. Como consequência, o retorno do capital (r) abarca aluguel, arrendamento, juros, lucros, ganhos com especulação, dentre outros. Esses possuem remunerações e contribuições sociais heterogêneas. Adicionalmente, parte da riqueza não está no sistema produtivo, e, ao se considerar toda ela, o r fica subestimado, o que abre espaço para falsas interpretações.

Há uma contradição interna em sua abordagem. Como o próprio autor sugere, os períodos de égide liberal, tanto antes da Primeira Guerra, quanto após 1980, foi o de maior crescimento da desigualdade. Mesmo sabendo que a dinâmica capitalista gera esse processo de liberalização e agudiza suas características, o autor o saúda.

Piketty faz críticas a Marx, mas é nítido que tem uma leitura rasa desse autor. Para Marx, o movimento do r não está na acumulação infinita e, sim, no aumento dos meios de produção em relação ao valor da força de trabalho, o que faz aumentar a produtividade do trabalho e cair a do capital. Além disso, não há, em Marx, suposição de crescimento nulo da produtividade no longo prazo. Piketty tem seu objeto na distribuição, mas essa é a outra face da produção, ou seja, a análise não aprofunda a essência do modo capitalista de produção.

O autor não ignora que é a dinâmica capitalista que impõe essa divergência, mas apenas propõe correções via tributação do capital, ou seja, pelo ajuste no mecanismo de preços e não em políticas de rendas, mesmo que elogie o salário mínimo. Não considera ele a busca de ampliação do rendimento do trabalho na renda, através de movimentos sindicais, de lutas proletárias e greves, por exemplo. Piketty não teoriza sobre as crises capitalistas, mesmo que coloque a desigualdade como grande fonte da instabilidade financeira recente.

Piketty explica as mudanças por fatores políticos. Ele também afirma que g pode ser maior do que r . Nitidamente, Lewis não leu o livro antes de criticá-lo.

Ainda que crítico aos modelos tradicionais, Piketty dá à poupança (*s*) um papel relevante em seu modelo, noção essa bastante controversa na teoria econômica. A ênfase na poupança é uma recorrência nos modelos tradicionais de função de produção agregada para explicar o crescimento. Há, ainda, implícita nessa leitura, a transformação da poupança em capital. Contudo, esse acúmulo pode não ser produtivo e sair do circuito da produção. Nesse caso, o aumento da poupança não ativa a acumulação de capital.

A principal crítica que se pode desferir ao livro é a relação entre política e economia na visão de Piketty. Ele observa que mudanças políticas corrigiram distorções distributivas no século XX e permitiram melhorias sociais. Embora o autor trate do papel do poder econômico na política, ele parece subestimá-lo. As mudanças ocorridas no século XX não ocorreram por boa vontade e, sim, porque havia um contexto de crise, de guerra e da ameaça comunista estabelecida pela ordem internacional. Nas décadas de 30 a 70, os movimentos de esquerda cresceram pelo mundo, o que se tornou uma ameaça. No final da década de 70, os países com ideias socialistas estavam perdendo poder. Diante de uma nova crise econômica ocorrida na década de 70, houve mudança na política e na economia, o neoliberalismo, que fez aumentar as desigualdades. Assim, a mudança política só ocorre quando o capital é obrigado a ceder. Há dominação relativa da esfera econômica sobre a política. Uma configuração mais social exige profundas alterações políticas e econômicas que não são de fácil consecução. A mobilidade de capitais, por exemplo, que está dentro do liberalismo com o qual o autor compactua, é uma maneira patente de doutrinar os governos de acordo com os interesses do capital, além dessa aumentar o poder de influência política do capital. Caso o país não se enquadre na política econômica desejada, há fuga de capitais, desvalorização cambial, elevação da inflação, escassez de crédito e, possivelmente, redução do investimento, que levará a uma crise e ao desemprego. E mesmo o liberalismo comercial permite ganhos de competitividade aos países com menos direitos sociais e menores salários. Países com sistemas de proteção social elevado têm muita dificuldade de competir via livre comércio com países sem esses direitos. Desse modo, a convivência de estado social com liberalismo comercial exige que todos os países tenham o mesmo nível de bem-estar social, caso contrário, o liberalismo implode o sistema.

Nas críticas que o autor faz a Marx, considera que seus diagnósticos cataclísmicos não se realizaram. Há que se ponderar se isso não ocorreu justamente porque Marx influenciou os movimentos socialistas que viabilizaram os direitos sociais e a maior equidade. Assim, o próprio Marx pode ser um dos grandes responsáveis por suas conjecturas não se realizarem.

Piketty evoca mais envolvimento político para que haja alterações sociais e diagnóstica que a formação dos economistas não contempla a compreensão da política. Mas a política é coautora e, em certa medida, refém do processo de dominação do capital. Há necessidade de que a política altere o rumo concentrador a que o mundo caminha, mas é ingenuidade imaginar que isso ocorrerá com a adesão automática do capital.

Referências

LEWIS, H. **Thomas Piketty's Improbable Data**. 2014. Disponível em: <<http://mises.org/daily/6741/Thomas-Pikettys-Improbable-Data>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

PIKETTY, T. **Capital in the twenty-first century**. Londres: The Belknap press of Harvard University press, 2014.

